

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE DE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - CRESAMU

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 02/2015

Cód. 46 – Procurador Jurídico

1. Apresenta-se como característica do Poder Constituinte Decorrente:
 - A) não está limitado pelo direito anterior e não se sujeita a qualquer tipo de condicionamento material.
 - B) não está sujeito a qualquer forma pré-fixada para manifestação de sua vontade e não está submetido a nenhum procedimento de ordem formal.
 - C) não se fundamenta em nenhum outro, constituindo-se na base jurídica de um Estado.
 - D) deriva de outro poder que o instituiu, retirando sua força do poder Constituinte originário.
2. Normas constitucionais de eficácia relativa restringível são aquelas:
 - A) que produzem a plenitude dos seus efeitos, independentemente de complementação por norma infraconstitucional; são revestidas de todos elementos necessários à sua executoriedade, tornando possível sua aplicação de maneira direta, imediata e integral.
 - B) que não produzem a plenitude de seus efeitos, dependendo da integração da lei; não contêm os elementos necessários para sua executoriedade, assim enquanto não forem complementadas pelo legislador a sua aplicabilidade é mediata, mas depois de complementadas tornam-se de ampla eficácia.
 - C) que possuem aplicabilidade direta, imediata e integral, mas o seu alcance poderá ser reduzido em razão da existência na própria norma de uma cláusula expressa de redutibilidade ou em razão dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
 - D) que não produzem a plenitude dos seus efeitos, visto que podem ter o seu alcance restringido.
3. Apresenta-se como requisito para a nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União:
 - A) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
 - B) idoneidade moral, reputação poluta e carreira ilibada.
 - C) conhecimentos jurídicos, de recursos humanos, atuariais, econômicos e financeiros e de administração pública e privada.
 - D) mais de dez anos de exercício de função pública ou de efetiva atividade profissional na iniciativa privada.
4. No que diz respeito à política urbana, como tal prevista expressamente na Constituição Federal, pode ser afirmado que:
 - A) aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - B) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de quinze mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - D) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.

5. Constitui competência delegável do Chefe do Poder Executivo Federal:
- A) a nomeação e a exoneração dos Ministros de Estado.
 - B) a convocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
 - C) a concessão de indulto e a comutação de penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - D) o envio do plano plurianual e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao Congresso Nacional nos casos previstos na Constituição Federal.
6. Preceitua a Constituição Federal que o Estado poderá intervir em seus Municípios quando:
- A) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e de transporte público.
 - B) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dezoito meses consecutivos, a dívida fundada.
 - C) para assegurar a observância dos princípios constitucionais da forma republicana, do sistema representativo e do regime democrático.
 - D) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
7. No que diz respeito à ação popular pode ser afirmado que:
- A) nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação ao requerente.
 - B) é vedado ao cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular, uma vez que esta tenha sido promovida e processada regularmente.
 - C) a pessoas jurídicas de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, não poderão se abster de contestar o pedido, em qualquer hipótese.
 - D) o Ministério Público deve acompanhar a ação, cabendo-lhe promover a responsabilidade criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe permitido, em situações excepcionais, assumir a defesa do ato impugnado.
8. No que concerne ao regramento normativo aplicável ao mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
 - B) Equiparam-se às autoridades, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
 - C) É cabível, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.
 - D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
9. Cabe a impetração de habeas corpus na seguinte hipótese:
- A) Ameaça, ainda que com justa causa, à liberdade de locomoção.
 - B) Cessação do motivo determinante da coação.
 - C) Prisão por tempo consentâneo ao estabelecido em lei ou sentença.
 - D) Prisão em flagrante com a apresentação da nota de culpa.
10. No que concerne ao direito de petição pode ser afirmado o que segue:
- A) Esse direito, de caráter universal, pode ser exercido por qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, excetuando-se os entes não dotados de personalidade jurídica, podendo ser exercido individual ou coletivamente.
 - B) O direito de petição, embora contemple reserva legal expressa, não impede a adoção de medidas que confirmam maior eficácia à esse direito pelo legislador.
 - C) O direito de petição assegura a possibilidade de o interessado que não dispõe de capacidade postulatória, caso ingresse em juízo, venha a litigar em nome próprio, independentemente de advogado.
 - D) O direito de petição se presta tanto à defesa de direitos individuais contra eventuais abusos, como também para a defesa de interesses gerais e coletivos, sendo um instrumento de nítido exercício das prerrogativas democráticas.
11. Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado, dentre outros, do seguinte documento:
- A) certidão dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de 5 (cinco) anos.
 - B) certidão negativa de ações penais com respeito aos crimes contra a saúde pública.
 - C) declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.
 - D) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 10 (dez) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes.

12. No que diz respeito ao Procedimento Administrativo e ao Processo Judicial inerentes ao ilícito de improbidade administrativa, pode ser afirmado o que segue:
- A) Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - B) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz deve extinguir o processo com julgamento do mérito.
 - C) A comissão processante deve dar conhecimento ao Poder Executivo da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
 - D) A ação principal deve ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa física ou jurídica interessada, dentro de sessenta dias da efetivação da medida cautelar.
13. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, deve ser precedida de avaliação e obedecer, dentre outras, à seguinte regra:
- A) quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta no caso de venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
 - B) quando imóveis, dependerá licitação, dispensada a autorização legislativa nos casos de doação em pagamento.
 - C) quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta no caso de permuta, entre órgãos ou entidades da Administração Pública ou do Terceiro Setor.
 - D) quando imóveis, dependerá licitação, dispensada a autorização legislativa nos casos de venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
14. Apresenta-se como crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- A) contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
 - B) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - C) impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída.
 - D) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
15. Assinale a alternativa que aponta para um instrumento da Política Urbana qualificado como instituto jurídico e político previsto expressamente no Estatuto da Cidade:
- A) contribuição de melhoria.
 - B) plano diretor.
 - C) zoneamento ambiental.
 - D) concessão de direito real de uso.
16. O Município de Mogi das Cruzes deve garantir incentivos específicos, nos termos da lei:
- A) às empresas que adaptem seus equipamentos, instalações e rotinas de labor ao trabalhador idoso.
 - B) às empresas que adaptarem seus equipamentos para o trabalho de portadores de deficiências, na forma da lei.
 - C) à iniciativa privada e demais instituições que criem ou ampliem seus programas de formação de mão de obra adolescente, em todos os setores.
 - D) ao desenvolvimento de projetos de estímulo ao mercado de trabalho da população afrodescendente.
17. No que concerne ao tema das sociedades personificadas e não personificadas, pode ser afirmado o que segue:
- A) A sociedade em comandita possui registro por conta de interesse dos próprios sócios, que costumam firmar apenas um contrato de uso interno.
 - B) São espécies de sociedades personificadas a sociedade em conta de participação e a sociedade comum.
 - C) A sociedade irregular ou de fato é despersionificada por não possuir contrato social ou por este não ter sido registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - D) As sociedades não personificadas deixam de possuir personalidade jurídica, devido ao fato de não terem arquivado regular e devidamente seu ato constitutivo.
18. Na locação urbana, o locador é obrigado por lei a:
- A) pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador.
 - B) fornecer ao locatário, independente de solicitação, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.
 - C) fornecer ao locatário recibo discriminado das importâncias por este pagas, inclusive sob a forma de quitação genérica.
 - D) pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, sem qualquer ressalva.

19. Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a pessoa jurídica:
- A) que exerça atividade de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário.
 - B) constituída sob a forma de cooperativas de consumo.
 - C) que exerça atividade de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio.
 - D) constituída sob a forma de sociedade por ações.
20. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:
- A) o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.
 - B) as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.
 - C) os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
 - D) as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética.
21. Do princípio informador da ação penal pública identificado como o da "indivisibilidade" decorre que:
- A) o Ministério Público, como titular da ação penal, pode intentá-la e acompanhá-la em toda a sua tramitação; entretanto, não pode dela dispor, declinando do seu exercício ou transigindo.
 - B) o Ministério Público é o órgão incumbido de promover a ação penal, devendo fazê-lo de ofício.
 - C) o Ministério Público há de proceder contra todos os autores e partícipes da infração criminal.
 - D) o Ministério Público, presentes os elementos que autorizam a propositura da ação penal, deverá atuar, sem receber pressões políticas, agindo de forma totalmente independente.
22. Recebido o Inquérito Policial, o Promotor de Justiça pode (deve) adotar determinadas providências; nesse sentido, assinale a alternativa que indica uma medida que, caso venha a ser implementada pelo Representante do Ministério Público, haverá de colidir com os preceitos da ordem jurídica processual penal:
- A) determinar o arquivamento do inquérito policial, na hipótese de inexistência de elementos indicadores da ocorrência de crime.
 - B) realizar novas diligências, indispensáveis, a seu juízo, ao ajuizamento da ação penal.
 - C) oferecer a denúncia, quando o Promotor de Justiça concluir como presentes os elementos quanto à autoria e materialidade delitiva.
 - D) requisitar diligências complementares à Autoridade Policial, indispensáveis, a seu juízo, ao ajuizamento da ação penal.
23. Comete o crime qualificado de falsificação de moeda falsa aquele que:
- A) tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade.
 - B) sendo funcionário público, emite ou autoriza a fabricação ou emissão de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.
 - C) falsifica, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
 - D) por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.
24. Não se aplica a isenção de pena do delito cometido em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, cabível em determinados crimes patrimoniais:
- A) se o crime é de estelionato privilegiado ou de apropriação indébita qualificada.
 - B) se o crime é de furto qualificado ou de esbulho possessório.
 - C) ao estranho que participa do crime.
 - D) se o crime é de furto de coisa comum ou de receptação qualificada.
25. No processo de execução, é permitido ao executado oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados:
- A) da juntada da representação.
 - B) da intimação da audiência de conciliação.
 - C) da juntada do termo de defesa prévia.
 - D) do depósito.
26. No que diz respeito ao tema da modificação da competência, pode ser afirmado o que segue:
- A) O Código de Processo Civil assevera que a competência poderá ser modificada em razão da conexão ou da continência, quando prorrogável, ou seja, em se tratando de competência relativa.
 - B) Tendo as partes, em escritura pública, escolhido foro especial para nele dirimirem as dúvidas e moverem ações resultantes do contrato, o foro de residência e de domicílio do réu prepondera sobre o foro eleito.
 - C) Quando se trata de competência em razão do valor, as partes podem eleger o foro competente, bem como a vara onde deva correr a ação.
 - D) Nas causas de cunho patrimonial, é vedada a eleição de foro, reputando-se a cláusula como não escrita.

27. No que concerne ao tema do litisconsórcio pode ser afirmado o que segue:
- A) A presença de litisconsórcio no processo representa, ao lado de uma cumulação subjetiva, também, uma cumulação objetiva, é dizer, a presença de várias ações em um único processo.
 - B) O reconhecimento da decadência em relação a um litisconsorte impõe, necessariamente, a mesma solução quanto ao outro.
 - C) Se nem todos os litisconsortes contestaram a ação e se a defesa de todos não for idêntica, não é cabível a decretação de revelia dos que se omitiram.
 - D) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes idênticos; vale dizer, os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
28. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:
- A) resultar de culpa da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
 - B) houver fundamento para validar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.
 - C) se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória.
 - D) fundada em erro de direito, resultante de atos ou de documentos da causa.
29. No que concerne à ação monitória, assim dispõe a legislação processual pátria:
- A) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita com eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
 - B) Os embargos independem de prévia segurança do juízo e devem ser processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.
 - C) Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de trinta dias.
 - D) Cumprindo o réu o mandado, deverá responder pelas custas e honorários advocatícios.
30. Relativamente à ação de usucapião, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, deve requerer a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados.
 - B) O Ministério Público deve intervir obrigatoriamente em todos os atos do processo.
 - C) Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.
 - D) A sentença, que julgar procedente a ação, será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, independentemente da satisfação das obrigações fiscais.
31. Assinale a alternativa que indica uma característica que não se faz presente no contrato de trabalho.
- A) Caráter sinalagmático.
 - B) Caráter "intuitu personae".
 - C) Caráter de execução instantânea.
 - D) Caráter de comutatividade.
32. Assinale a alternativa que indica o posicionamento jurisprudencial vigente do Tribunal Superior do Trabalho.
- A) Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.
 - B) Lícita é a incorporação ao salário-base das parcelas pagas a título de antiguidade e desempenho, quando não há prejuízo para o empregado.
 - C) A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.
 - D) Convenção coletiva, formalizada sem prévia audição do órgão oficial competente, não obriga sociedade de economia mista.
33. De acordo com o disposto na legislação que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Reserva da Biosfera é constituída, dentre outros requisitos, por:
- A) uma ou várias zonas de amortecimento, sem limites rígidos, onde o processo de manejo dos recursos naturais é conduzido em bases sustentáveis.
 - B) uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza.
 - C) uma ou várias zonas de transição, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo.
 - D) uma ou várias áreas de zoneamento, com limites rígidos, onde o processo de ocupação é planejados de modo participativo.

34. No que concerne ao tema da prescrição, decadência e prazos para reclamação constantes do Código de Defesa do Consumidor, pode ser afirmado o que segue:
- A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em 90 (noventa dias), tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.
 - B) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
 - C) O direito de reclamar pelos vícios de fácil constatação prescreve em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.
 - D) obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
35. Está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):
- A) a vigilância alimentar e a orientação sanitária.
 - B) a execução de ações de assistência terapêutica, excluindo-se a farmacêutica.
 - C) a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
 - D) a ordenação da formação de recursos humanos na área de educação física.
36. As entidades de não-governamentais de atendimento de idosos que descumprirem as determinações previstas no Estatuto do Idoso estão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, dentre outras, à seguinte penalidade:
- A) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas.
 - B) afastamento provisório de seus dirigentes.
 - C) fechamento de unidade ou interdição de programa.
 - D) declaração de inidoneidade específica para a área de atendimento de idosos.
37. Em atenção à legislação que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de todos os entes federativos, pode ser afirmado que:
- A) classificam-se como Receitas de Capital as de origem tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
 - B) o valor das subvenções, sempre que possível, deve ser calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.
 - C) a Lei de Orçamentos deve compreender todas as receitas, exceção feita às operações de crédito autorizadas legalmente.
 - D) classificam-se como Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, bem como as que decorrem da conversão, em espécie, de bens e direitos.
38. De acordo com o preceituado na legislação orçamentária, devem ser considerados "investimentos":
- A) as Subvenções Sociais e os Auxílios para Equipamentos e Instalações.
 - B) a Aquisição de Imóveis e as Contribuições de Previdência Social.
 - C) a Constituição de Fundos Rotativos e a Concessão de Empréstimos.
 - D) as Obras Públicas e os Serviços em Regime de Programação Especial.
39. De acordo com o preceituado na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita deve cumprir a seguinte exigência:
- A) estará permitida, como regra, no último ano de mandato do Prefeito Municipal.
 - B) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.
 - C) estará permitida, excepcionalmente, enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
 - D) não deve ser autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
40. No exercício de seu poder de polícia, e para o fim de obtenção de elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal de Mogi das Cruzes não poderá:
- A) notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal.
 - B) proceder à penhora autoexecutória dos ativos de propriedade de pessoas jurídicas situadas no Município sujeitas ao poder fiscalizador da Fazenda Pública.
 - C) exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária.
 - D) fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exerceram as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens que constituem matéria tributável.

41. No processo de execução fiscal, a Fazenda Pública pode adjudicar os bens penhorados:
- A) se não houver licitante, pelo preço de mercado.
 - B) antes da tomada de preços, pelo preço da avaliação.
 - C) findo o leilão, havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.
 - D) antes da concorrência, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
42. Apresentam-se como impostos da competência do Município:
- A) Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos e Imposto Sobre Serviços.
 - B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e Imposto sobre Operações Financeiras.
 - C) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
 - D) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
43. É vedado ao Município de Mogi das Cruzes:
- A) conceder isenção, anistia ou remissão de dívidas relativas a tributos, sem qualquer ressalva.
 - B) instituir impostos sobre patrimônio e serviços das instituições educacionais, com ou sem fins lucrativos.
 - C) cobrar tributos no exercício financeiro ulterior ao que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - D) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
44. Em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, relativamente ao tema dos “transportes”, assim dispõe a referida legislação:
- A) aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
 - B) a permissão de transporte público, sempre a título precário, gera direitos aos executores e poderá ser extinta caso ocorra descumprimento de obrigação contratual pelo contratado.
 - C) o Município pode intervir nos serviços públicos permitidos, ou concedidos, nos casos de grave perturbação da ordem pública ou por interrupção do serviço por parte dos executores, mediante autorização legislativa.
 - D) é facultado aos gestores do serviço de transporte público dispor sobre a disponibilização de lugares adequados aos portadores de deficiência e a gestantes.
45. A Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes preceitua que compete à Municipalidade, prioritariamente, a administração e manutenção, dentre outros, do seguinte programa de ensino:
- A) educação infantil, dirigido à criança de zero a sete anos.
 - B) educação fundamental, de primeiro grau, de primeira à nona série.
 - C) educação especial, dirigida a crianças, adolescentes e idosos portadoras de deficiências perceptivas e motoras.
 - D) alfabetização de jovens e adultos.
46. De acordo com o previsto no Estatuto do Servidor Público Municipal de Mogi das Cruzes, relativamente à reintegração de servidores públicos, pode ser afirmado o que segue:
- A) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada por inspeção médica.
 - B) A reintegração é um instituto que permite ao servidor estável, que teve o seu cargo extinto ou declarado desnecessário, permanecer sem trabalhar, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, à espera de um eventual aproveitamento.
 - C) Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por inspeção médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - D) Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando a sua demissão for invalidada por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
47. Em conformidade com o preceituado no Estatuto do Servidor Público Municipal de Mogi das Cruzes, apresentam-se como causas aptas a gerar vacância nos quadros da Administração Pública da Municipalidade:
- A) aposentadoria e licença para tratamento da saúde.
 - B) promoção e exoneração.
 - C) posse em outro cargo acumulável e falecimento.
 - D) demissão e movimentação.

48. Relativamente ao Consórcio Regional de Saúde de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – CRESAMU, pode ser afirmado que:
- A) o CRESAMU foi constituído na forma de Consórcio de Entidades, o que lhe confere a natureza jurídica de ente subordinado da Administração Pública Direta Municipal, sob a forma de órgão especial de saúde.
 - B) o CRESAMU possui sede e foro itinerante, devendo se situar, a cada 2 (dois) anos, respectivamente na circunscrição dos Municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis e Biritiba Mirim.
 - C) o CRESAMU tem como primordial objetivo a implantação do sistema de atendimento pré-hospitalar de urgência, de caráter regional, com base nas Portarias do Ministério da Saúde, atendendo aos Municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis e Biritiba Mirim.
 - D) o CRESAMU foi organizado sob o formato de Consórcio de Municípios, o que lhe confere o perfil de ente autônomo da Administração Pública Indireta, com contornos jurídicos equivalentes ao de uma empresa pública.
49. Em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município de Mogi das Cruzes, deve-se ter como domicílio fiscal:
- A) tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local de qualquer uma de suas repartições administrativas no Município.
 - B) tratando-se de pessoa física, o lugar onde exerce de forma preponderante suas atividades negociais ou profissionais, como regra.
 - C) tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, exclusivamente, o lugar de sua sede.
 - D) tratando-se do responsável pelo cumprimento da obrigação tributária, o território do Município.
50. Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal de Mogi das Cruzes, poderá:
- A) exigir, exclusivamente, no período de vigência da obrigação tributária, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador da obrigação tributária.
 - B) fazer inspeção aos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens que constituam matéria tributária.
 - C) solicitar aos contribuintes, bem como a terceiros, dados, informações e comunicações relativos a registros tributários, regular e devidamente subscritos por seus emissores ou responsáveis.
 - D) notificar o contribuinte ou responsável para comparecer aos órgãos ou repartições da Fazenda Pública, em todos os níveis de governo.